

ENTRECRUZAMENTOS DA HISTÓRIA/FICÇÃO EM *O ALEGRE CANTO DA PERDIZ*: SENTIDOS E SABERES DE RESISTÊNCIA¹

INTERWEAVING THE HISTORY/FICTION IN THE *ALEGRE CANTO DA PERDIZ*: SENSES AND KNOWLEDGE OF RESISTANCE

Maiane Pires Tigre²
Inara de Oliveira Rodrigues³

RESUMO: Neste trabalho, analisa-se o romance *O alegre canto da perdiz* (2008), de Paulina Chiziane, visando-se reconhecer como são problematizadas e contestadas certas formas de dominação política, econômica e cultural. Especificamente, a partir do debate/embate empreendido na e pela literatura moçambicana, aqui representada pela narrativa literária selecionada como corpus da investigação, são estabelecidas relações entre o discurso histórico e o ficcional, enfatizando-se as contribuições críticas das teorias pós-coloniais no âmbito dos estudos literários.

Palavras-Chave: Literatura moçambicana contemporânea; História; Resistência política e cultural; Romance.

ABSTRACT: In this work, the novel examines the *O alegre canto da perdiz* (2008), Paulina Chiziane, aiming to recognize as they are raised and challenged certain forms of political, economic and cultural domination. Specifically, from the debate/clash undertaken in Mozambique and literature, here represented by the literary narrative selected as corpus of research are established relations between the historical and the fictional speech, emphasizing the critical contributions of postcolonial theories in the field of literary studies.

Keywords: Mozambican contemporary literature; History; Political and cultural resistance; Novel.

1 Artigo recebido em 30 de maio de 2017. Aceito em 10 de julho de 2017.

2 Mestra em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/Ilhéus-BA). Membro do Grupo de Pesquisa Literatura, História e Cultura: Encruzilhadas Epistemológicas (CNPq/UESC); E-mail: maiane.tigre@hotmail.com.

3 Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora de Literatura da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/Ilhéus-BA); Coordenadora do Grupo de Pesquisa Literatura, História e Cultura: Encruzilhadas Epistemológicas (CNPq/UESC); E-mail: inarabr@uol.com.br.



A literatura moçambicana: marcos de resistência

A década de 1940 é considerada, de modo geral, como o momento do surgimento de uma literatura “que, vincada, sistemática e conscientemente, se procura afirmar como moçambicana.” (NOA, 2008, p. 37-38). Escritores comprometidos com a qualidade estética, temática e ideológica emergiam nesse período “aglutinados à volta de um periódico, *Itinerário* (1941-1955).” (NOA, 2008, p.37-38). Nomes como os de Fonseca Amaral, Noémia de Sousa, José Craveirinha, Orlando Mendes, Virgílio Ferreira, Aníbal Aleluia, Rui Knopfli, Rui Nogar, etc. formam uma “[...] geração [que] será a grande responsável pela construção da imagem da moçambicanidade ao adotar estratégias deliberadas.” (MATUSSE, 1988 apud NOA, 2008, p. 39).

A década de 1960 constitui-se como outra referência nuclear em virtude do desencadeamento da luta armada (1964) em Moçambique, fator histórico significativo captado pelos olhos dos guerrilheiros nacionalistas e tematizados na chamada poesia de combate, produzida “sem grandes preocupações estéticas [para] exprimir sentimentos de revolta, de confrontação e a utopia de uma nação por vir, livre e independente.” (NOA, 2008, p.39). Insere-se nesse período a publicação da obra *Nós matamos o cão Tinhoso*, de Luís Bernardo Honwana (1964) e, concomitantemente, assiste-se à afirmação de autores como Orlando Mendes (com *Portagem*, 1966, primeiro romance moçambicano), José Craveirinha (*Xigubo*, 1964); Rui Knopfli (*Reino submarino*, 1962, *Máquina de Areia*, 1964; *Mangas verdes com sal*, 1969) (NOA, 2008).

No período seguinte, na década de 1980, a literatura moçambicana dá um salto, no que toca à produção ostensiva de textos literários, aglutinando grandes escritores, como Ungulani Ba Ka Khosa, Eduardo White, Armando Artur, Marcelo Panguana, Suleiman Cassamo, entre outros. Entre 1980 e 1990, destacam-se também Luis Carlos Patraquim, Aldino Muinga, Mia Couto, Paulina Chiziane, Filimone Meigos e Nelson Saúte. Essa projeção da literatura moçambicana deve-se em parte à fundação da Associação dos Escritores Moçambicanos, em 1982, seguida da implantação da revista *Charrua* (1984), segundo Mendonça (2008). Para ele, (2008, p. 28), “assiste-se então à defesa de uma autenticidade fosse ela temática ou discursiva [...]”. Já para Noa (2008, p. 44):



[...] o que nos oferece o universo de ficção em Moçambique é, entre outros aspectos a conciliação ou a confrontação de múltiplas ordens e dimensões: o oral e o escrito, o latente e o manifesto, o tradicional e o moderno, o passado e o presente, o interdito e o permitido, o rural e o urbano, o nacional e o estrangeiro, o vivido e o imaginado, a vida e a morte, o local e o universal, a ordem e o caos, a cosmogonia e a escatologia.

O mesmo pesquisador (2008, p. 35) procede a um inventário histórico das características dominantes na literatura moçambicana, com destaque para o fato de ter emergido na vigência do período colonial e de tratar-se de uma literatura recente, com aproximadamente cem anos de existência. Outro dado elementar relativo à aura própria dessa literatura, e que influi com profusão na estruturação de seus textos, diz respeito à maneira como reflete (problematiza, contextualiza ficcionalmente, re-cria) “os paradoxos e complexidades geradas pela colonização, como sejam, literatura escrita e difundida na língua do colonizador, dualismo cultural ou identidade problemática dos autores, oscilação entre a absorção e negação dos valores e códigos da estética ocidental, etc.” (NOA, 2008, p. 35).

Importa afirmar, consequentemente, que a literatura moçambicana se faz com palavras de resistência, pois a grande narrativa dos homens e das mulheres soldado/a/s ou guerrilheiro/a/s transborda as palavras ditas no calor das balas e canhões, incorporando-se às páginas dos livros - testemunhos em uma espécie de recriação literária da memória. Mais tarde, essas palavras escritas sobre Moçambique, desenhadas no horizonte sombrio da guerrilha ecoam pelas cidades, capitais, províncias, chegando progressivamente ao estágio de representação da nação moçambicana. Como consequência, alcança o patamar de literatura nacional.

De modo geral, pode-se afirmar que as literaturas africanas de língua portuguesa, de diferentes modos, demarcam-se, entre outros fatores, por possuírem “vínculos [...] fortes com a História, [e] a literatura funciona como um espelho dinâmico das convulsões vividas por esses povos.” (CHAVES, 2005, p. 250). O fato de a língua ser o português implica em muitas e opostas perspectivas críticas, mas, aqui, segue-se as considerações de Rita Chaves:

[a] presença de referências africanas [...] não chega a reduzir a importância da língua portuguesa como instrumento de afirmação dos excluídos. No tocante a Angola e Moçambique, pode-se dizer que, quando a prática literária ganha maior densidade, reafirma-se a escolha do português como instrumento linguístico. E com ele virá todo repertório cultural com que os africanos vão formar o seu próprio patrimônio.



Exemplos muito nítidos desse jogo dialético, em que as visões de mundo se articulam para refletir as tensões postas por um mundo dividido, virão dos dois lados do continente. (CHAVES, 2005, p. 254).

Tocando em fatos comuns concernentes ao quadro da situação colonial, a literatura moçambicana ganha corpo, adensando o número dos autores que discutem a descolonização africana. Para narrarem a nação, passam a utilizar um contradiscurso histórico de resistência às forças político/civil-militar e à imaginação colonial, “centrado na denúncia do colonialismo e dos seus vícios (discriminação, subalternização, ocultação de saberes, etc.).” (MENESES; RIBEIRO, 2008, p. 11). Posto isso, o combate de cunho nacionalista transmigra do campo de guerra para tornar-se a espinha dorsal das literaturas africanas de língua portuguesa produzidas nas ex-colônias. A partir de então “assistir-se-á a consagração dos escritores cuja atitude ideológica se integrava *lato sensu* na prática revolucionária da época, tendo essa integração assumido graus variados, desde a completa identificação com todas as formas dessa prática.” (MENDONÇA, 2008, p. 27).

Nesse panorama, a literatura moçambicana torna-se importante vetor de discussões críticas de base histórica, ideológica e social: “[...] as independências africanas, iniciadas em 1957 com a independência do Gana, não só foram tributárias desse passado histórico, orientado para a ideia de revolução social, como implicaram nos movimentos culturais e literários esta herança.” (MENDONÇA, 2008, p. 20-21).

Assim, a literatura anticolonial surge como resultado e paralelamente ao projeto de reconstrução do “homem novo” moçambicano, dentro do sentido nacionalista do termo, conferindo certa autonomia ao sistema literário que ali se anunciava, mediante reconquista dos valores culturais subtraídos, afinal, “a África não é assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais.” (BOAHEN, 2010, p. 03). Portanto, no plano literário, ocorre um dos enfrentamentos políticos mais revolucionários, a priori, contra a estrutura do poder colonial instituído, e depois, contra as forças civis, em um combate ideológico (envolvendo ideia e práxis), procurando-se substituir as velhas formas e nesse diapasão, instituir uma nova ordem literária que traduzisse profundamente o significado do sujeito-significante “africano”. Em outras palavras, busca-se, sobretudo, sedimentar um programa político eminentemente “nacional”,



alternativo ao proposto pela Frelimo e condizente com a realidade dos moçambicanos:

[...] sobretudo após a independência, o projeto político de Moçambique e o projeto político da Frelimo pareciam coincidir e a literatura de combate foi um dos seus braços armados, instigando à luta pela nação a haver a partir da recuperação com laivos de invenção de um passado único capaz de fazer emergir os moçambicanos unidos, sem fratura e sem diferença, em nome da luta contra um inimigo comum: a colonização [...]. Em suma, propostas que vão rejeitando, emendando e finalmente desafiando a hegemonia deste projeto nacional criado no bojo de uma proposta exógena, questionando o seu valor representativo da nação moçambicana que simultaneamente vai descoincidindo do Estado moçambicano. (MENESES; RIBEIRO, 2008, p. 12).

Em conformidade com o pensamento de Mendonça (2008, p. 20-21), quando as literaturas dos países colonizados se recusam a transplantar para as obras literárias o paradigma ficcional das ex-potências colonizadoras, consolida-se uma ruptura no *corpus* literário e no imaginário identitário africano, fomentando o reconhecimento dos “forjadores das novas identidades” nacionais. A tendência literária de caráter nacionalista desenvolve um trabalho ancorado nas dominantes históricas e temáticas de uma comunidade nacional sob revisão.

O escritor moçambicano avoca para si o papel de crítico da sociedade, do sistema econômico, das relações opressoras vigentes no sistema capitalista. Nesse sentido, enquanto intelectual engajado, é dono de uma escrita violenta, profundamente perturbada pela (des)ordem social tanto quanto ele: “Assim, pode-se pensar que a busca dessa solidariedade com os iguais faz com que as produções poéticas respondam, com violência, à violência do processo de colonização.” (PADILHA, 2006, p. 122).

Assim, a literatura inserida no processo colonial-político/civil-militar vivido em Moçambique volta-se a todas essas complexidades e problematiza respostas acerca daquilo que cotidianamente viviam os moçambicanos, perseguindo a ideia de um passado a ser reconstruído: “dessa forma, reconstruir o passado implica vê-lo como práxis de afirmação da potencialidade subjetiva e não apenas submissão a uma objetividade teoricamente construída ou imaginada.” (ABDALA JÚNIOR, 2007, p. 18).

Desse modo, literatos imbuídos por um sentimento de (re)invenção e pertença passam a inventariar os novos sentidos de nação e seguem (re)inventando a moçambicanidade e fazendo jus ao anseio de criar novos



horizontes/percursos/rumos críticos de libertação das mentes, dos corpos, das identidades e da própria literatura moçambicana. Sobre esse aspecto, vale ainda observar que, ao reler a experiência histórica de Moçambique, deve-se “[...] reinventar outros itinerários para a utopia que, afinal, não sepultamos. Nem nós, nem milhões de africanos que com ela precisam contar para sua própria sobrevivência.” (CHAVES, 2005, p. 250). Enquanto prosseguem aspirando a um futuro imaginado, sob o canto da resistência, recolhem as cinzas não esquecidas do passado.

Compreende-se, desse modo, a inescapável relação entre literatura, história e política e, por isso, opta-se aqui por se reconhecer a literatura moçambicana como expressão de resistência política e cultural, já que não se pode refletir sobre a atual condição da literatura sem se considerar as intercorrências do momento histórico, político e as questões culturais, reconhecendo os variados projetos por trás “[...] das produções literárias africanas de língua portuguesa e de suas pretéritas e presentes articulações com o campo da história à luz do conceito de produção literária, que envolve a ideia de que a literatura é vida social e histórica.” (SILVA, 2014, p. 359).

De modo semelhante, Cabaço (2004), alargando o estudo, analisa a literatura moçambicana sob a marca da diferença em relação ao padrão universal, segundo o qual a “experiência de intervenção na área cultural evidenciava cada dia que a noção de diferença, palavra estigmatizada pelo discurso hegemônico, estava indissociavelmente contida no conceito de periferia.” Diferença ampliada na miséria do povo, na destruição do território no pós-guerra, na escalada do analfabetismo e explicitada através de populações imersas nas periferias e oprimidas pelo capitalismo mundial. Cabaço (2004, p. 66) alude à diferença fundamental da literatura moçambicana, situada entre o binômio dialético da tradição oral e da escrita, instrumento por excelência do ocidente:

[...] a literatura moçambicana caminha, com maior ou menor ênfase, sobre dois carris: a língua portuguesa, como meio de expressão escrita e processo de inculturação – não como referente intertextual marcante – e a tradição oral [...] como permanente busca de uma intertextualidade nacional. Esses dois vetores interagirão com várias opções referenciais: as influências, imagens, símbolos do patrimônio sociocultural e literário dos movimentos negros; o vigor e a analogia de situações e personagens das literaturas sul-americanas, de experiência anticolonial, e, em particular, dos escritores brasileiros; a



revelação da pujante literatura da África recém-independente, percorrendo caminhos paralelos aos que inquietam os escritores moçambicanos e, finalmente, o grande reencontro no palco da revolução anticolonial traduzido numa produção literária *engagée*, populista e militante.

Neste trabalho, trata-se de reconhecer que, por meio da literatura, são problematizadas e contestadas essas formas de dominação política, econômica e cultural. Especificamente, a partir do debate/embate empreendido na e pela literatura moçambicana aqui representada pelo romance *O alegre canto da perdiz* (2008), de Paulina Chiziane, pois os sujeitos violentamente atacados por essa realidade de opressão adquirem visibilidade e voz.

***O alegre canto da perdiz*. sentidos e saberes de resistência**

Reputa-se à colonização o sentido da grande noite vivida pela raça negra (MBEMBE, 2014), depois de pactuada na Conferência de Berlim e chancelada por uma dúzia de países ricos do globo, cujo pensamento tinha como base a imaginação colonial ocidental. A história mítica da colonização tem origem na chegada de navegadores à Zambézia; ao sentirem-se atraídos pela terra, “invadiram-na e amaram-na furiosamente, como só se invade a mulher amada.” (CHIZIANE, 2008, p. 62). A celebração desse projeto é fugidia, trocam-se vênias e civilizados cumprimentos por armas e chicotes, e movidos por uma “paixão dourada” retornam:

Pouco depois os marinheiros regressaram, arrasados por uma paixão dourada. Com canhões, espingardas, chicote e muito vinho, para fazer a limpeza da terra e entorpecer os incômodos. Tinham achado a terra prometida. Os navegadores correram de aldeia em aldeia, derramando sangue, profanando túmulos, pervertendo a história, fazendo o impensável. (CHIZIANE, 2008, p. 63-64).

Com tal perspectiva crítica, essa obra literária coloca em destaque sentidos de utopia e de resistência, que podem ser entendidas como faces da mesma moeda, pois o sonho move existências em torno de projetos utópicos. Assim, a utopia, condição para o vicejar da resistência, nunca pode faltar, pois a “aposta na utopia ultrapassa as fronteiras de qualquer proposta política para se inscrever como uma marca incontornável da condição humana.” (CHAVES, 2006, p. 140).

Destarte, e retomando as ideias de Meneses e Ribeiro (2008) sobre a função multidimensional da literatura moçambicana, o foco recai sobre a



centralidade da denúncia que realiza, sendo capaz, sobretudo por sua amplitude, de atuar nas instâncias da resistência colonial, político-civil e militar. Essa situação encontra-se fortemente marcada nas cenas de guerra descritas no romance em análise, por meio da intervenção militar-civil dos portugueses, com destaque para a ação do sipaio José dos Montes, frente a frente com os seus irmãos africanos, e particularmente, no itinerário da “louca do rio”, Maria das Dores, em sua total insubmissão espelhada tanto na postura física quanto nas palavras e pensamentos de efetiva oposição ao poder colonizador.

Um dos dramas encenados pelo colonizado diz respeito à forçada assimilação, condição do jogo imposta ao negro/a para se inserir no mundo branco, pois ser “assimilado implica romper com um universo cultural e linguístico de que se é herdeiro para se optar por outro imposto como alternativa para o prestígio e ascensão sociais. O assimilado já não é africano e nunca será europeu.” (MENDONÇA, 1989, p. 12 apud MACEDO; MAQUÊA, 2007, p. 16). A construção estética da personagem Delfina, integrada ao lado dos brancos, exemplifica o seu alto grau de adesão a esse projeto assimilacionista destruidor, fazendo lembrar o paradoxo da guerra anticolonial, cuja visão era de “pretos e brancos no mesmo exército.” (CHIZIANE, 2008, p. 55). A obsessão nutrida por Delfina em mudar de cor ou melhorar a raça, leva-a a anular o amor por José dos Montes, negro de um grupo cultural inferior, em nome da estratégia de conquistar o português Soares e tudo mais quanto isto significava: dinheiro, calçados e roupas novas, comida boa, entre outros.

Em meio a esse percurso, reconhece-se em Delfina um “tipo de mulher [que] tinha amor para vender e não para dar”! (CHIZIANE, 2008, p. 67). Após ter se casado com ela, e absorvido inteiramente a assimilação, a ponto de se tornar sipaio, José dos Montes confronta-se com a traição da esposa e do português, de modo que sua subjetividade uma vez dilacerada por haver renunciado à sua etnia, ao povo, à comunidade de origem, à língua, aos costumes, atravessa novo dilaceramento: a traição de Delfina, de sorte que, de traidor de sua gente, passa à categoria de também traído pelo sistema colonial com o qual colaborou.

O peso da assimilação é conferido em um programa político-econômico que não oferece muitas escolhas e cujas palavras de ordem são rendição ou morte:



O grito do seu nascimento fundiu-se ao grito de morte dos condenados, chicoteados nos troncos até perecer. Nasceu no meio do sofrimento e por isso sabe de tudo, sabe que um condenado não tem nome nem pátria. Os marinheiros civilizavam povo arrancando-lhes os olhos da cara. Cristianizavam fornicando as mulheres nas matas. Construíram o novo mundo com espadas, canhões e chicote. Pacificaram a terra arrancando a língua da boca. O chefe dos marinheiros gritava aos quatro ventos: esse é ladrão: prendam-no. Esse é forte, acorrentem-no, vendam-no. Esse é teimoso, matem-no. Esses são venenosos, são lúcidos, pensam, conspiram, alcoolizem-nos. São todos vaidosos, preguiçosos, vadios, mentirosos, escravizem-nos. (CHIZIANE, 2008, p. 70).

Entretanto, a História refletida no pedido alvissareiro de Delfina ao pai para que se tornasse assimilado do sistema colonial comprova o relevante papel dos assimilados no processo de libertação nacional de Moçambique:

Pedi ao pai para ser assimilado, a fim de ter acesso à escola oficial, onde as professoras eram mulheres normais e não freiras esquizofrênicas. Mas o pai disse não. Porque os assimilados eram assassinos. O pai de Delfina disse não à assimilação, sem saber que a libertação da pátria seria na língua dos brancos e sem imaginar ainda que os filhos dos assimilados iriam assumir o protagonismo da História. (CHIZIANE, 2008, p. 78).

Por seu turno, o colonizador português encarrega-se de ampliar, em todos os sentidos possíveis e de forma permanente, a colonização dos africanos, esfacelando os influxos culturais internos. O projeto de aparência inofensiva deixa rastros profundos na vida dos moçambicanos, enquanto segue patrolando a terra e os homens, na pretensão de erguer um novo mundo. Apesar disso, a canção de resistência que se ouve é: “Havemos de voltar, mesmo que nos matem, havemos de voltar!”:

[...] canção a liberdade, canção da resistência que tortura a minha a mente. a alma balança ao vento, desconcertando a batalha da mente. eu sou deles. mas natureza por assinatura e nem se muda de raça por um juramento. Nem com a mais perfeita não se abandona a das cosméticas. Mesmo que nos matem, havemos de voltar! (CHIZIANE, 2008, p. 128).

Como sonho de verão lisonjeiro, o êxtase de José dos Montes por sua nova condição de assimilado dura pouco, o som das bombas e das balas desperta-o de uma fantasia que dará lugar ao pesadelo que acaba de começar. A real dimensão da guerra anticolonial vai tomando formas monstruosas, afinal a declaração é de “que o exército da traição e da morte



ganhou mais um. Que vai eliminar da vida todos os pontos vitais. Vai tornar-se inimigo de si próprio.” (CHIZIANE, 2008, p. 122). Ao escutar, ao longe, os vibrantes e altíssimos cantos africanos da insurreição, José se deixa conduzir pela contemplação de sua subjetividade, escorrendo como forte cachoeira dentro dele, pois esses “sons eram parte de sua vida, parte de si próprio, do seu passado, daqueles cantos que transcendem os ouvidos e se escutam pelo sangue, pela alma, como a invocação dos antepassados: Mesmo que nos torturem, havemos de voltar.” (CHIZIANE, 2008, p. 127). A autocrítica presente nessa reflexão da personagem acontece durante a marcha assassina da qual acaba fazendo parte:

O comandante dá vários passos. Dispara a primeira bala. Segue-se o choro das balas a rasgar o espaço. O coração de José pulsa dentro do peito. As mulheres em debandada seguram os filhos e correm, os homens empunham lanças e setas. José dispara e os homens de azagaias caem como bandos de pássaros. Aos canhões. Pisa com firmeza a terra vermelha. Menstruada. Terra parturiente. Sente que dentro de si o cordão umbilical se rompe e a sua imagem se ergue infinitamente para o sol escondido da noite. Havemos de voltar! (CHIZIANE, 2008, p. 128-129).

De forma marcante, o corpo feminino consolida o projeto central de empoderamento e resistência da nação moçambicana. De corpos mortais, coloniais, assujeitados, dominados, violentados, passam a representar corpos vivos, anticoloniais, renascidos como heróis da resistência na história de “diferentes vezes, com diferentes formas:”

Somos heróis de diferentes gestas. Diferentes ventres. Diferentes lugares. Uns nascendo nos canaviais, outros na estrada. Uns no alto mar. Outros em camas douradas dos príncipes. Uns fugiram de casas de luto cobertas por fogo. Fogo posto. Por demônios. Demônios que incendeiam as águas dos rios. Outros nasceram da solidão dos guerreiros, solidão de heróis. Heróis vencedores e vencidos. Somos heróis do Atlântico, heróis da travessia dos mares bravos, para a escravidão na Guiné, Angola e São Tomé. Temos o sangue dos franceses, brasileiros, indianos de Goa, Damão e Diu, desterrados nos palmares da Zambézia. Viemos da nobreza e da pobreza. Viemos em passos silenciosos dos fugitivos, em passos agressivos de conquistadores. Nascemos diferentes vezes com diferentes formas. Morremos várias vezes, silenciosamente, como os montes na corrosão dos ventos. (CHIZIANE, 2008, p. 24).

A estratégia de contra-narrar a nação coloca-se mediada simbolicamente pelo feminino, e o fato da mulher narrar textualmente a



nação moçambicana e de se autonarrar já pode ser considerado, por si só, como procedimento de contranarração. Além do mais, a exposição do corpo feminino negro desassujeitado e desobediente demonstra a forte dose de contestação do passado e do presente nacional. A atitude de contranarrar associa-se em grande medida à criação de outras e novas imagens de gênero, por ser uma narração própria, íntima, particular, que parte de uma autoetnografia feminina, fugindo do perfil histórico maniqueísta de subjugação literária/ideológica/patriarcal/colonial da mulher ao homem. Ao contrário das imagens de gênero consagradas e da narração produzida sobre a mulher africana, que foram completamente manipuladas, ela, agora, passa a ver-se e a ser vista como senhora de si, sedutora, satélite de desejos, no entanto, reinventa-se requerendo a propriedade do seu corpo e da sua vontade, isto é, do exercício da sua fala, agindo na contramão do pressuposto papel de serva instituído de forma autoritária pelo sistema patriarcal e colonial.

Chiziane entalha criticamente uma obra que traz à cena os personagens, o tempo e o espaço colonial e pós-colonial dispostos num enredo que tem por centro o drama moçambicano ancorado na “vida real”, persuadindo os leitores a abrirem a cortina da hegemonia epistêmica ocidental, cerceadora da visão, para enxergar esta parte da África bem mais de perto, admitindo as dificuldades que esse novo posicionamento impõe. Nessa perspectiva, Khan (2013, p. 203) afirma que a autora “contraria a arrogância com que estamos habituados a ler e a interpretar o mundo dos Outros, o mundo dos esquecidos”; e prossegue, categoricamente: “[...] alertando-nos com sua maestria de narradora [sobre] o ‘alegre’ existir de outras realidades que nos fazem, inopinadamente, admitir que nosso olhar é limitado, asfixiante e dominador.”

A obra de Chiziane situa-se como lugar do confronto e do desconforto em relação ao pensamento ocidental, confrontando o saber africano ao conhecimento epistemológico hegemônico, os silenciados *versus* os detentores da fala e da escrita, as mulheres abortadas na história com o despontar de vivas mulheres moçambicanas aguerridas, em luta contínua por um território corporal, físico, geográfico e ideológico que lhe pertence. A proposição final de Delfina anuncia um novo desaprendizado, o



desenraizamento da comunidade assimilada, culminando na derrocada do ser colonizado para a imagem de uma mulher (des)colonizada.

Compreende-se, conseqüentemente, que a literatura moçambicana de resistência ainda se constitui em espaço de combate em tempos de exclusão contra as diversas manifestações da colonialidade, seja a colonialidade do poder, do saber ou do ser, pois via de regra, “a história colonial é uma ferida muito profunda, muito infectada, que de vez em quando sangra. E só quando ela sangra é que nós vamos lá e fazemos um curativo. Não há um tratamento contínuo dessa ferida. (KILOMBO, 2017, *online*). Desse modo, toda vez que se coloca o dedo na ferida colonial aberta, a hemorragia escoar vertiginosamente, colonizando estados, países, sujeitos, identidades, saberes, poderes, dando sinais de uma prorrogada profilaxia no transcorrer do tempo. Nas palavras de Moyo, representante maior da resistência no romance de Chiziane, a José dos Montes, encontra-se uma evidente constatação: por muito tempo, “[...] o colonialismo habitará a nossa mente e o nosso ventre e a liberdade será apenas um sonho.” (CHIZIANE, 2008, p. 171).

Para que a utopia seja considerada a outra face da liberdade, o romance de Chiziane não deixa de apontar a necessária recriação de cada sujeito, pois sem a utopia o passado é meramente uma lembrança e o futuro um tempo de inadiável opressão sujeito a toda espécie de colonialidade. Com efeito, a união final que alinhava os fios da narrativa remete a um reencontro futuro da terra mãe África com os seus filhos deportados, sequestrados, mutilados, desaparecidos e explorados pelo regime colonial, trazendo à cena o processo de libertação moçambicana no encontro metonímico afetivo, choroso, melódico e apaixonante de Maria das Dores com o Benedito, Fernando e a Rosinha, seus filhos perdidos.

Na caracterização feita por Maria Jacinta a respeito de sua irmã, Maria das Dores, algo sintomático: “Invejo a Maria das Dores e invejo o meu pai. Nunca saem do seu lugar e nem precisam de esforço para se firmar.” (CHIZIANE, 2008, p. 323). Maria das Dores é a metáfora corporal da perdiz selvagem, indomável, retratada no início do romance, em plena fuga dos loquazes caçadores brancos e negros. O voo é baixo e curto, mas sua plumagem de diversas tonalidades: branca, negra, amarela, permite-lhe camuflar-se por entre árvores, pois fragmentada já está em suas múltiplas identidades. Ave indômita, Maria das Dores rejeita qualquer tipo de



domesticação, permanece indubitavelmente africana, símbolo da resistência, tal qual a perdiz, ave franzina, de pequeno porte, que surpreende pela força, velocidade e pela resiliência a todos quantos desejam abatê-la.

Assim, a respeito do título da obra, *O alegre canto da perdiz*, infere-se que, sendo a perdiz uma ave selvagem e, portanto, livre, pode ser representativa do sentido de liberdade que o romance quer vincar. Seu canto alegre simboliza essa liberdade que só a natureza, com seus espaços abertos pode oferecer, em referência à abertura do pensamento, à abertura ao desaprendizado, a abertura da recriação. Pode-se, por analogia, pensar nesse alegre canto como derivação do processo de libertação de Moçambique, conquistado pelos soldados da resistência, conforme reflexão do narrador: “A morte e o luto desocuparam a terra, no ar governam os alegres cantos das perdizes, gurué, gurué! A escravatura acabou e não voltará nunca mais! Somos independentes. Vencemos o colonialismo.” (CHIZIANE, 2008, p. 331).

Sabendo-se, entretanto, que a perdiz é símbolo emblemático da RENAMO, partido oposicionista à FRELIMO⁴, pode-se entender o teor irônico e o propósito provocativo do título: trata-se, possivelmente, de afirmar a necessidade de efetiva resistência de todas as vozes que se autointitulam defensoras da liberdade, desvelando, nesse processo, os contracantos, os ilusórios cantos que não libertam, mas, antes retomam processos de dominação e exploração.

Desse modo, a vitória contra o colonialismo configurou-se, por certo, em passo decisivo para a construção de Moçambique como nação em luta por sua soberania. A descolonização das mentes e corpos, porém, revela-se um processo em andamento, como bem afirma Paulina Chiziane: “O nosso país tem uma independência muito jovem, há apenas 40 anos que não somos colônia. É muito pouco na vida de um país. E as mudanças iniciais ainda estão acontecendo [...] Os movimentos femininos estão avançando. Mas a mudança mesmo, grande, ainda não chegou”.⁵

4 A RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) – duas forças políticas de Moçambique que entraram em conflito armado no período da Guerra Civil (1977-1992), logo depois da conquista da Independência de Moçambique pela FRELIMO, partido então no poder. Os dissidentes da Frelimo se uniram em um movimento de resistência antigovernamental. A guerra civil-militar só encerrou com a assinatura do Acordo de Paz pelos presidentes dos respectivos partidos.

5 Entrevista publicada em 17/04/2017 n’O povo on line. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/jornal/paginasazuis/2017/04/entrevista-com-a-escritora-mocambicana-paulina-chiziane.html?m=0>. Acesso em maio de 2017.



REFERENCIAS

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Literatura, história e política**: literaturas de língua portuguesa no século XX. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

CABAÇO, José Luís. A questão da diferença na literatura moçambicana. **Revista Via Atlântica**, São Paulo, n. 7, p. 61-69, out. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49786/53890>>. Acesso em: 15 jun.2016.

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique**: experiência colonial e territórios literários. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

_____. Experiência, melancolia e diálogo em José Craveirinha. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia. (Org.). **Marcas da diferença**: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006, p. 139-149.

CHIZIANE, Paulina. **O alegre canto da perdiz**. Lisboa: Caminho, 2008.

HISTÓRIA Geral da África, v. VII. **África sob dominação colonial**. Editado por Albert Adu Boahen. 2 ed. Brasília: Unesco, 2010.

KHAN, Sheila. Pedir licença na terra que é nossa. A miséria da colonialidade em O alegre canto da perdiz. In: SECCO, Maria Lucia Ribeiro Tindó, MIRANDA, Maria Geralda de. (Org.). **Paulina Chiziane**: vozes e rostos femininos. Curitiba: Appris, 2013, p.203-216.

KILOMBO, Grada. **O Brasil ainda é extremamente colonial**. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1829494-o-brasil-ainda-e-extremamente-colonial>> Acesso em: 10 jan. 2017.

MACEDO, Tânia; MAQUÊA, Vera. **Literaturas de língua portuguesa**: marcos e marcas– Moçambique. São Paulo: Artes e Ciência, 2007.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Angola: Edições Pedago, 2014.

MENDONÇA, Fátima. Literaturas Emergentes, lidentidade e Cânone. In: MENESES, Maria Paula; RIBEIRO, Margarida Calafate. (Org.). **Moçambique**: das palavras escritas. Potugal: Afrontamento, 2008, p.19- 33.

MENESES, Maria Paula; RIBEIRO, Margarida Calafate. Cartografias Literárias Incertas. In: MENESES, Maria Paula; RIBEIRO, Margarida Calafate. (Org.). **Moçambique**: das palavras escritas. Potugal: Afrontamento, 2008, p. 09-17.



NOA, Francisco. Literatura Moçambicana: os trilhos e as margens. In: MENESES, Maria Paula; RIBEIRO, Margarida Calafate. (Org.). **Moçambique: das palavras escritas**. Portugal: Afrontamento, 2008, p. 35-45.

PADILHA, Laura Cavalcanti. Africanas vozes em chama. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia. (Org.). **Marcas da diferença**: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006, p. 121-128.

SILVA, Rejane Vecchia da Rocha e Silva. A produção literária de países africanos de língua portuguesa: perspectivas metodológicas. In: ABDALA JÚNIOR, B. (Org.). **Estudos comparados**: Teoria, crítica e metodologia. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, p. 349-364.

